



Participação eleitoral e partidarismo na América Latina: estudo exploratório sobre bases individuais

Éder Rodrigo Gimenes¹

Considerações iniciais

Estudos realizados em democracias consolidadas têm identificado, especialmente nas últimas décadas, a ascensão de modalidades não convencionais (INGLEHART; CATTERBERG, 2002; CATTERBERG, 2003; DELLA PORTA, 2003; WELZEL; INGLEHART; DEUSTCH, 2005; NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011) e o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (DALTON; WATTENBERG, 2002; PUTNAM, 2003; BORBA; RIBEIRO, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012).

Por um lado, destaca-se o *cyberativismo* (HEIDAR, 2006; BRINGEL, 2011; GALLEGO; OBERSKI, 2011; WITHELEY, 2011) e sua utilização como recursos para envolvimento por meio de petições, abaixo-assinados, boicotes e articulação de movimentos sociais, manifestações e protestos, como aqueles ocorridos em países como Egito, Argentina e Brasil nos últimos anos. Por outro lado, é recorrente o diagnóstico de afastamento dos eleitores com relação aos partidos políticos, instituições centrais ao funcionamento das democracias, tanto nos Estados Unidos (CLARKE; STEWART, 1998; WEBB, 2002; PUTNAM, 2003; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; DALTON; WELDON, 2007; DALTON, 2013; 2014a) quanto entre países europeus (WHITELEY; SEYD, 1998; 2002; MAIR, 2000; 2003; MAIR; VAN BIEZEN, 2001; WEBB, 2002; DALTON, 2002; 2013; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; SEYD; WHITELEY, 2004; FREIRE, 2005; MORALES, 2005; NORRIS, 2007; DALTON; WELDON, 2007; SCARROW; GEZGOR, 2010; WITHELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; GALLEGO; RICO; ANDUIZA, 2012; DALTON, 2013; 2014b; 2014c).

Entre tais países, a discussão atual trata das consequências de tal fenômeno ao funcionamento dos regimes, de modo que há pesquisadores que apontam efeitos de natureza distintas do desalinhamento sobre a persistência das democracias. Putnam (2002) relaciona o

¹ Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Contato: ergimenes@uem.br

afastamento dos eleitores com relação aos partidos como prejudicial ao regime por conta de conseqüências como redução do comparecimento eleitoral e ceticismo diante de instituições e processos políticos, o que poderia configurar o que Seligson, Booth e Gómez (2006) denominam como indícios de crise de legitimidade democrática. Já autores como Norris (1999), Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), Inglehart e Welzel (2009) e Dalton (2013) entendem que o comportamento do eleitorado que se distancia dos partidos estaria relacionado à sua maior sofisticação política, que seria pautada por menor apreço a instituições hierarquizadas e tradicionais e por valores do auto-expressão, o que culminaria em efeitos positivos à qualidade da democracia por se tratar de um eleitorado crítico ao funcionamento do regime, mas que manteria sua adesão ao mesmo.

Já entre as democracias mais jovens, como aquelas latino-americanas, não há consenso sobre a possibilidade de utilização do termo desalinhamento por conta da dúvida sobre a existência, na maioria dos países, de períodos em que os sistemas partidários, ou ao menos legendas específicas, gozaram de identificação contínua entre os eleitorados.

Nesse sentido, a proposta deste *paper* é discutir duas distintas manifestações relacionadas ao voto na América Latina: o comparecimento eleitoral e a adesão normativa ao voto como aspecto essencial de apoio ao regime democrático. O intuito é de contribuir à elucidação de questões como: Os latino-americanos apoiam as eleições e votam na mesma medida ou esses indivíduos mais valorizam o voto, abstratamente, do que participam? Eleitores com diferentes perfis apresentam características também distintas com relação à normativa ao voto e ao comparecimento eleitoral ou existe um padrão de comportamento dos latino-americanos?

Para tanto, além desta seção introdutória, o *paper* é composto por outras quatro, que tratam da discussão recente acerca da temática na América Latina, da metodologia e hipóteses desta pesquisa, da exposição e análise dos resultados e das considerações finais, relacionadas à ampliação deste estudo exploratório a uma agenda de pesquisas.

Partidarismo na América Latina

Diferentemente do conhecimento científico produzido acerca da evolução do partidarismo entre democracias consolidadas, com destaque para os Estados Unidos e os países europeus, ainda são insipientes as análises teóricas e empíricas voltadas à explicação das relações estabelecidas pelos eleitores com os partidos políticos entre novas democracias, como aquelas latino-americanas, por exemplo.

Em perspectiva histórica, Garretón (1993) afirma que, apesar das realidades nacionais

distintas, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por semelhanças entre boa parte dos países da região. Tanto o referido autor quanto Tcach (1993) destacam a crise de ordem econômica, social e política que conduziu, dentre outros resultados, ao colapso do modelo desenvolvimentista por conta de dívidas externas e alta inflação, à precarização das condições de trabalho, ao aumento da pobreza, à queda de ditaduras militares e à luta pela reconstrução de marcos institucionais capazes de promover a instauração ou reinserção do jogo político-democrático em diversos países latino-americanos.

Sobre o processo de redemocratização na região, ainda que a implantação do referido regime após o período militar tenha se realizado, ao menos no que tange ao que Lima e Cheibub (1996) denominam primeira transição, Garretón (1993) se filia a esses autores em sua preocupação com um problema que ocorre posteriormente, quando se trata do conteúdo da democracia, sua consolidação e seu funcionamento efetivo. Para este autor, os processos de recomposição do Estado democrático são paralelos à busca por sistemas de representação, dentro dos quais são características relevantes a capacidade de canalização de demandas e aspirações sociais e a governabilidade, ambas funções concernentes aos partidos políticos (GARRETÓN, 1993).

Entretanto, a política institucional também apresenta traços problemáticos na América Latina. O populismo, por exemplo, é traço histórico marcante da cultura política de boa parte dos países da região e perdura em muitos deles até hoje (MALERBA, 2012). Ademais, destacam-se negativamente a despolitização dos cidadãos (CAVAROZZI, 1993; BAQUERO, 2000; ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002), os baixos níveis de participação política (RIBEIRO; BORBA, 2015), a volatilidade eleitoral (MAINWARING, 2001; KINZO, 2007; TELLES; MORENO, 2013) e a recorrência de eleições marcadas por traços personalistas (MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005; BAQUERO, 2012; RODRÍGUEZ, 2013).

Cabe destacar ainda outro problema apontado de maneira recorrente entre as democracias latino-americanas: as instituições democráticas, e em especial os partidos políticos, gozam de pouca confiança junto ao eleitorado nos países da região (BAQUERO, 2000; HUNEEUS, 2003; DURAND-PONTE, 2004; POWER; JAMISON, 2005; MOISÉS, 2008; GONZÁLEZ, 2011; LINHARES; BAQUERO, 2012). Ainda que o fenômeno também se manifeste em democracias consolidadas (NORRIS, 1998; 1999; PHARR; PUTNAM, 2000; POWER; JAMISON, 2005; NEWTON, 2006), os níveis de confiança na América Latina são baixos mesmo quando comparados àqueles de países africanos em processo de transição para a democracia (COLEN, 2010), o que significa que ainda que mantenham sua

capacidade de representação, “o desempenho dos partidos tradicionais que falharam na provisão de bem-estar à população, assim como as promessas e mudanças programáticas teriam contribuído para o descrédito nos partidos tradicionais” (RODRÍGUEZ, 2013, p. 42).

Em consonância com esse conjunto de argumentos, Baquero (2000) expõe um posicionamento pessimista, uma vez que considera tais fenômenos como fatores de uma crise da própria democracia, na qual os partidos, pelas responsabilidades que lhes cabem, em especial a de mediação política, se encontram no centro do problema. Para o autor, não se trataria de uma crise dos partidos políticos na América Latina, mas de um momento delicado dos regimes democráticos na região, que incluiria as referidas instituições políticas, de modo que os partidos políticos reemergiram como atores políticos significativos após a transição democrática, porém não se consolidaram como instituições efetivas de mediação política.

Em perspectiva contrária, Alcántara Sáez e Freidenberg (2002, p. 149) afirmaram que mesmo diante da perpetuação de problemas que dificultariam a consolidação democrática nos países da América Latina, salvo exceções, até o início do século XXI, “os partidos políticos não puderam ser substituídos na hora de representar as demandas dos cidadãos e no exercício do governo. Portanto, continuam sendo os vínculos entre regime político e cidadãos”.

A maior parte das pesquisas acerca dos eleitorados, dos partidos e dos sistemas partidários latino-americanos desenvolvidas nos últimos anos trata de casos nacionais², sendo que apenas pequena parcela da produção acadêmica se dedicou a investigações sobre o partidarismo entre conjuntos de países. Dentre tais estudos, destaco aqueles que exploraram a relevância do estabelecimento e persistência de laços com partidos como indicador de institucionalização dos sistemas partidários (MAINWARING; SCULLY, 1995; MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005; PAYNE, 2007), aqueles que se dedicaram à identificação de determinants individuais e/ou de contexto do partidarismo (LUPU, 2015; BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015; GIMENES *et al*, 2015), o trabalho de Moreno (2015) acerca da relação entre a intensidade do sentimento partidário e aspectos atitudinais e comportamentais e aqueles que abordaram a discussão acerca da verificação do

² A título de exemplos, menciono estudos sobre a relação entre “partidos sem políticos” e “políticos sem partidos” no Peru (TAYLOR, 2007), sobre as oscilações do *Partido Acción Nacional* (PAN) no poder e junto à sociedade (VICENCIO, 2008) e ao retorno do *Partido Revolucionário Institucional* (PRI) à presidência no fim da década passada no México (OLMEDA; ARMESTO, 2013), sobre as mudanças no sistema partidário e a contestação do argumento da força do partidarismo no Chile (MONTES; MAINWARING; ORTEGA, 2010) e as crises e revoltas populares relacionadas ao Partido Comunista naquele país (VALDEBENITO, 2009), sobre a relação entre partidos políticos e sociedade civil e as discussões em torno da participação nos espaços públicos na Venezuela (DÁVILA; JÍMENEZ, 2004) e sobre a relação entre estabilidade e renovação nas eleições colombianas (DAZA, 2011) e suas implicações à nacionalização do sistema partidário nacional no fim da última década (BATLLE; PUYANA, 2011).

fenômeno do desalinhamento partidário na América Latina (CARRERAS; MORGENSTERN; SU, 2013; ALBALA; VIEIRA, 2014; GIMENES, 2015), os quais demonstram haver indícios de que o fenômeno do desalinhamento não atinge os países latino-americanos da mesma maneira como se verifica em democracias consolidadas e também quando comparadas as unidades nacionais. Ademais, cabe destacar que, assim como verificado entre democracias consolidadas (GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002; WEISBERG; GREENE, 2004; DALTON, 2014a), a existência de vínculos dos eleitores com partidos também estrutura, em alguma medida, o voto dos indivíduos na região (RODRÍGUEZ, 2013; LUPU, 2015).

Contudo, é necessário avançar no sentido de entender como o partidarismo é relevante ao funcionamento das democracias na região, de modo que me concentro, neste *paper*, sobre a modalidade de participação política mais recorrente em democracias, o voto, para a qual busco identificar as bases individuais de efetivação e de adesão.

Metodologia e hipóteses

No que tange à metodologia para desenvolvimento deste *paper*, destaco inicialmente que, em se tratando das variáveis dependentes, optei por tratar de duas distintas medidas relacionadas ao voto, quais sejam: o comparecimento eleitoral, dimensão efetiva de participação política democrática, e a adesão normativa ao voto, dimensão abstrata de manifestação de apoio à democracia eleitoral. O intuito foi de verificar se tais indicadores estão relacionados e qual o perfil (ou perfis) dos indivíduos que votam e/ou entendem que o voto é importante para o funcionamento da democracia.

Com relação ao **comparecimento eleitoral**, o voto é considerado como mais tradicional modalidade de participação política desde o seminal estudo de Milbrath (1965). Nos últimos anos, as taxas de comparecimento eleitoral têm declinado em muitos países, o que pode ser indício negativo à democracia por conta do entendimento dos cidadãos de que as estruturas de representação são falhas e de que os partidos políticos não têm cumprido suas funções de canalização de demandas e de mediação entre sociedade e Estado.

Dentre os efeitos negativos do não comparecimento eleitoral, Ribeiro (2013) dialoga com argumentos explicativos de diferentes politólogos, os quais são resumidos em três aspectos. Primeiramente, cabe destacar que, considerados os distintos interesses de votantes e não votantes, em especial pela desigualdade de seus atributos sociais e econômicos, a não participação pode acarretar em representação deficitária de demandas e avançar rumo à invisibilidade de segmentos, uma vez que as elites políticas atuam em favor de grupos politicamente ativos (LIJPHART, 1997). Em segundo lugar, a baixa participação eleitoral

pode ser indício de descontentamento com o funcionamento da democracia ou de pouca legitimidade conferida à escolha de representantes e à capacidade de influenciar a atuação das elites políticas (DAHL, 1997). Por fim, há ainda a redução do aprendizado democrático, tendo em vista o argumento baseado na clássica interpretação de Converse (1969) de que o comparecimento eleitoral teria potencial pedagógico por conta da aproximação, ainda que superficial, dos indivíduos com a política, com efeitos sobre o engajamento, o interesse e a busca por conhecimentos sobre assuntos políticos, por exemplo.

Sobre a importância do voto obrigatório, que persiste na maior parte dos países da América Latina, cabe ainda observar que

Pode-se duvidar da afirmação simplista de que é “votando que se aprende a votar”, mas é inegável que o voto obrigatório pode se constituir em único instrumento capaz de fazer parte expressiva da população de um país a estabelecer algum tipo de contato, ainda que efêmero, com o mundo da política. Sobretudo em nações como a nossa [Brasil], com curta experiência democrática, baixos níveis de interesse por política e persistente desigualdade social, a obrigação do comparecimento continua desempenhando papel fundamental na redução das assimetrias na representação (RIBEIRO, 2013, p. 46).

Tal afirmação, referente ao caso brasileiro, mas que extrapolo às demais unidades nacionais latino-americanas, destaca a relevância de estudos sobre o comparecimento eleitoral, de modo que, neste paper, utilizei uma variável binária que indicou se o cada indivíduo compareceu ou não às urnas nas últimas eleições presidenciais realizadas até o momento da coleta de dados do LAPOP 2012.

Já com relação à **adesão normativa ao voto**, tal indicador encontra-se entre o rol de variáveis utilizadas por autores como Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2014), Fuks *et al* (2016) e Gimenes e Borba (2017) como uma das dimensões de manifestação de apoio dos eleitores às democracias, assumido o pressuposto de que a adesão ao referido regime implica considerarmos diversos aspectos, para além da distinção binária evidenciada por Easton (1975) entre medidas de adesão normativa e específica. Nesse sentido, os autores recentes consideram a adesão normativa ao voto como uma entre quatro dimensões de apoio ao regime, sendo as demais a adesão aos procedimentos de escolha, à participação política e à representação.

Em termos empíricos, cabe destacar que se trata de captar a relevância que os indivíduos atribuem ao voto, independentemente do mesmo ser compulsório ou facultativo e também do comparecimento ou ausência às eleições. Isto posto, utilizamos a variável binária do LAPOP 2012 que contrapõe as opções de ser governado por um líder forte e que não seja

eleito pelo voto à democracia eleitoral.

Em se tratando de variáveis independentes, os modelos de regressão contemplam sexo, faixa etária, etnia, área de residência e os perfis de sofisticação cognitiva dos indivíduos. Sobre tais variáveis, cabem considerações em torno de sua relevância aos modelos e das hipóteses que justificam sua pertinência.

A variável **sexo** foi inserida com o intuito de dialogar com os diagnósticos que apontam a desigualdade política entre homens e mulheres (NORRIS; INGLEHART, 2000; NORRIS, 2004; 2011; HEIDAR, 2006; RIBEIRO, 2011; WHITELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). A subrepresentação feminina no espaço público se constitui em déficit de qualidade ao funcionamento das democracias contemporâneas (NORRIS, 2011) e tal situação decorre, em alguma medida, da distribuição desigual do recurso “tempo” entre os gêneros, uma vez que a inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada da redução de atribuições domésticas (como os cuidados com o lar e a prole), “de modo que é plausível supor que essa sobrecarga de atribuições reduza o tempo disponível das mulheres para se informar e avaliar as atividades políticas correntes, com reflexo na capacidade de formar identificações com partidos” (GIMENES *et al*, 2015, p. 9). Nesse sentido, a hipótese é de que a variável sexo seja significativa para o comparecimento eleitoral, mas não sobre a adesão normativa ao voto, por se tratar de manifestação abstrata e independente de efetivação, portanto menos sujeita à distribuição do recurso “tempo”.

Com relação à idade, Converse (1969) afirmou em seu estudo clássico que tal variável é central ao processo de socialização política, já que diz respeito ao acúmulo de experiência eleitoral. Nesse sentido, há autores que destacam o afastamento dos jovens com relação à política e aos assuntos públicos (PUTNAM, 2002; WATTENBERG, 2003; CARLIN, 2011; BLAIS; RUBENSON, 2012) e outros que afirmam que o partidarismo tende a se enraizar ao longo da vida, de modo que a expectativa é de que eleitores com mais idade estejam mais próximos dos partidos do que aqueles mais jovens (RICO, 2010; LUPU, 2015; MORENO, 2015). Ademais, Green, Palmquist e Schickler (2002) destacam que alterações na identificação partidária individual tendem a afetar majoritariamente os jovens, entre os quais o sentimento por alguma legenda ainda não se encontra plenamente enraizado, ao passo que ao longo da vida adulta tal possibilidade de mudança é menor e, quando ocorre, se dá em virtude de novas socializações, como relações de trabalho, por exemplo. Em diálogo com tais referências, operacionalizei tal variável em **faixas etárias**³, considerando as diferentes etapas

³ 16-24 anos, 25-34 anos, 35-54 anos e 55 anos ou mais.

e variações decorrentes do ciclo de vida dos indivíduos e os variados papéis assumidos no decorrer da vida, os quais implicam a adoção de novos repertórios de socialização e de ação no campo da política (KINDER, 2006), de modo que a hipótese é de que haja influência crescente das faixas etárias sobre o comportamento eleitoral dos latino-americanos.

A justificativa para as demais variáveis socioeconômicas é a teoria da centralidade social, para a qual a intensidade da participação decorreria da posição social dos indivíduos, de modo que aqueles que possuem características mais centrais, sob a perspectiva da estrutura social, tenderiam ao maior engajamento e à realização de atividades mais complexas (MILBRATH, 1965). Além da idade, anteriormente destacada, Reis (1978; 2000) destaca renda, etnia, área de residência e escolaridade como atributos de centralidade que se encontram associados à sofisticação política dos indivíduos. Sobre tais características, aponto a não utilização da variável renda pelos seguintes motivos: [a] Reis e Castro (1992) identificaram forte associação entre renda e classe em análise sobre o caso brasileiro, o que entendo ter persistido nas últimas duas décadas e ser passível de generalização aos demais países latino-americanos; [b] Ribeiro e Borba (2015) apontam escolaridade como *proxy* de renda, ainda que possa haver alguma dissonância entre as variáveis, pelo fato de a primeira expressar recursos intelectuais e também materiais; e [c] o recorrente elevado percentual de não respostas à questão sobre renda individual nos questionários do LAPOP (*missing cases*), que atingiu 46,3% em 2014, por exemplo. Em se tratando da **etnia**, classifiquei os cidadãos entre brancos e não brancos, dado o status de maioria étnica como indicador de centralidade (REIS, 2000; AVELAR, 2004). Considerada a “maneira pela qual o aspecto geográfico ou regional se articula com os componentes mais sociológicos do conceito de centralidade” (REIS; CASTRO, 1992, p. 127), também destaquei os eleitores conforme a **área de residência**, urbana ou rural.

Por fim, em se tratando dos **perfis dos eleitores**, considerei a tese do apartidarismo (DALTON, 2013), a qual aponta que o afastamento dos eleitores com relação aos partidos políticos não deve ser entendida, obrigatoriamente, como negativa às democracias, uma vez que, se acompanhada da elevação de recursos cognitivos, seria permeada por indivíduos com maior discernimento e capacidade de posicionamento no espectro político democrático. Segundo o autor, haveria quatro perfis de eleitores, que combinariam ausência ou presença de manifestação de simpatia partidária com baixa ou alta mobilização cognitiva.

No primeiro perfil, dos denominados independentes apolíticos, encontraríamos indivíduos pouco sofisticados cognitivamente e sem ligação com os partidos. São eleitores que se apresentam menos preocupados com as questões políticas e com os candidatos, dentre

os quais a previsibilidade do comparecimento e da escolha eleitoral são difíceis.

Por sua vez, os partidários rituais seriam guiados pela identidade partidária e, na ausência de recursos cognitivos, apoiariam o partido nas eleições por meio da campanha e do voto. São indivíduos com conhecimento limitado sobre questões políticas.

Já os partidários cognitivos são eleitores filiados a partidos políticos, assim como os partidários rituais, mas que diferem do grupo anteriormente definido pelo fato de que sua participação nas referidas instituições se deve também ao seu refinamento político, ou, nos termos de Dalton (2013), sua cognição.

Por fim, os apartidários são indivíduos que possuem alto refinamento cognitivo e que orientam sua atuação política por meio de suas competências, sem dependência de rótulos partidários para a avaliação e escolha de seus candidatos.

Dalton (2013) propõe uma separação entre os eleitores para além da dicotomia partidário/não partidário e se dedicou, em *The apartisan American*, principalmente à diferenciação entre os grupos de indivíduos sem vínculos com partidos. Em uma escala crescente de racionalidade, a ordem dos perfis seria independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários, de modo que a inserção da variável nos modelos considerou a categoria de menor racionalidade como referência e a hipótese é de que os demais tipos de perfis se diferenciariam com relação ao primeiro⁴.

Comparecimento eleitoral e percepção sobre a importância do voto na América Latina

Em se tratando dos resultados desta pesquisa, é relevante expor, inicialmente, o panorama do comparecimento eleitoral e da adesão normativa ao voto entre os países da região, o que se encontra disposto na Tabela 1, na qual verificamos não haver padrão entre os resultados nacionais para nenhuma das modalidades, uma vez que há unidades nacionais em que o comparecimento eleitoral e o apoio manifestado a tal forma de participação política são expressivos (como no Uruguai e na Argentina) e outros onde o comparecimento eleitoral é bastante inferior ao apoio declarado à modalidade (no Chile e no México, por exemplo). Contudo, à exceção de Brasil, Equador, Guatemala e Peru, a adesão ao voto é mais elevada do que o comparecimento efetivo às urnas nos pleitos nacionais.

⁴ O autor testou sua tese tanto entre os estadunidenses quanto entre eleitores europeus, ao passo que repliquei seu modelo à América Latina, cujos resultados revelaram a pertinência da utilização dos perfis de eleitores também para esse conjunto de novas democracias (GIMENES, 2015).

Tabela 1. Comparecimento eleitoral e adesão normativa ao voto na América Latina (2012)

País	Comparecimento	Adesão
Argentina	88,7%	92,8%
Belize	84,1%	90,8%
Bolívia	81,8%	83,1%
Brasil	88,5%	83,4%
Chile	68,3%	91,5%
Colômbia	63,6%	88,1%
Costa Rica	66,5%	79,9%
Equador	88,9%	82,8%
El Salvador	68,4%	81,9%
Guatemala	78,7%	70,9%
Guiana	78,9%	89,5%
Honduras	50,7%	57,0%
Jamaica	61,5%	87,8%
México	67,5%	85,2%
Nicarágua	80,1%	89,3%
Panamá	69,7%	79,2%
Paraguai	60,6%	82,9%
Peru	90,6%	82,8%
República Dominicana	70,6%	85,9%
Uruguai	89,9%	94,9%
Venezuela	82,2%	95,0%
Média	75,2%	84,5%

Fonte: LAPOP (2012).

Com relação aos determinantes de tais indicadores, os modelos de regressão binária são expostos na Tabela 2, abaixo, de modo simultâneo, a fim de permitir análises tanto individuais quanto comparativas dos resultados encontrados.

Tabela 2. Determinantes do comparecimento eleitoral e da adesão normativa ao voto na América Latina (2012)

	Comparecimento	Adesão
Sexo	,912*	1,056
Faixa etária	1,968***	1,151***
Etnia	,884***	1,025
Área de residência	1,120***	1,153***
Perfis ^a		
Partidário ritual	2,316***	1,224***
Partidário cognitivo	3,539***	1,835***
Apartidário	2,003***	1,482***
Constante	,438***	2,901***
% de acerto	75,4	84,2

Onde: ***sig = ,000 e *sig ≤ ,050

^aReference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Fonte: LAPOP (2012).

Com relação aos determinantes do **comparecimento eleitoral**, destacamos inicialmente a significância estatística de todas as variáveis inseridas no modelo, de modo que verificamos a maior propensão feminina à participação eleitoral efetiva (8,8% superior à dos homens), bem como de indivíduos com *status* de minorias étnicas (não brancos tiveram probabilidade 11,6% maior do que brancos de ter votado) e daqueles que residem em áreas urbanas (com tendência ao voto 12% maior do que os que moram em zonas rurais). Além disso, os resultados apontam a influência da elevação de faixas etárias ao comparecimento eleitoral, sendo que cada aumento contribui em 96,8% para elevação da chance de participação.

Sobre os perfis dos eleitores, ressaltamos que ambos os perfis constituídos por ao menos um recurso de sofisticação (mobilização cognitiva e/ou simpatia partidária) possuem probabilidade expressivamente superior aos independentes apolíticos de comparecer às urnas: 131,6% para partidários rituais, 253,9% para partidários cognitivos e 100,3% para apartidários. Por um lado, tais percentuais reforçam o argumento de relevância de recursos políticos e cognitivos dos indivíduos ao fortalecimento da democracia; por outro lado, denota o impacto da existência de laços partidários ao comparecimento eleitoral, uma vez que eleitores que gozam de simpatia por alguma legenda têm chances maiores de votar do que aqueles que não possuem vínculos com partidos e que seriam os mais racionais segundo Dalton (2013).

Considerado o modelo referente à **adesão normativa ao voto**, verificamos primeiramente que sexo e etnia não apresentam efeitos significativos, o que me permite inferir que tanto homens e mulheres quanto indivíduos com distintas condições étnico-raciais entendem em medida semelhante que a democracia eleitoral é melhor do que ser governado por um líder forte. Tal preferência é manifestada majoritariamente pelos cidadãos latino-americanos que residem em áreas urbanas (com 15,3% mais chance de opinar desta maneira do que aqueles que moram em zonas rurais) e tem impacto crescente com o passar da vida dos indivíduos, sendo que a cada elevação de faixa etária o indivíduo tem 15,1% mais chance de preferir uma democracia eleitoral.

Sobre o impacto dos perfis dos eleitores, partidários rituais apresentam chance 22,4% maior do que independentes apolíticos de manifestar apoio normativo ao voto, ao passo que partidários cognitivos e apartidários gozam de maior probabilidade de apoiar a democracia eleitoral (83,5 e 48,2%, respectivamente), o que permite inferir que a presença de alta mobilização cognitiva é fator potencializador de tal fenômeno entre o eleitorado latino-americano.

Tomados em conjunto, os resultados apontam distintos efeitos das variáveis testadas sobre o comportamento eleitoral. No que se refere ao **sexo**, a relevância do comparecimento eleitoral entre as mulheres combinada com a ausência de diferenciação para a adesão normativa ao voto é indicativo, por um lado, de que quando tomamos um amplo conjunto de novas democracias⁵ a condição de participação eleitoral efetiva é influenciada de maneira inversa à condição de subrepresentação feminina no espaço público, amplamente verificada entre democracias consolidadas e também para muitas modalidades de participação na América Latina, de modo que, a despeito da distribuição desigual do recurso “tempo”, as mulheres tendem, em maior medida que os homens a valorizar, em termos práticos, o voto enquanto instrumento de participação política. Por outro lado, quando analisamos os resultados para sexo no segundo modelo, evidencia-se que a desigualdade política entre homens e mulheres também não se manifesta com relação aos níveis de apoio que indivíduos de ambos os grupos manifestam com relação ao voto enquanto modalidade democrática.

Com relação às **faixas etárias**, os efeitos positivos para ambas as variáveis dependentes corroboram o argumento teórico que relaciona o passar dos anos de vida ao acúmulo de experiência eleitoral. No entanto, há que se destacar que tais efeitos são muito discrepantes para os indicadores testados, uma vez que no decorrer da vida os indivíduos tendem a votar em medida muito superior do que se eleva seu apoio à democracia eleitoral.

Com relação às demais variáveis relacionadas que tratam da centralidade social dos indivíduos, os resultados para **etnia** são semelhantes àqueles encontrados para sexo: eleitores que se auto-declaram como não brancos têm maior tendência de votar do que aqueles brancos, ao passo que não há distinção entre os grupos com relação ao apoio à democracia eleitoral, ou seja, minorias étnicas efetivam a participação por meio do voto enquanto possibilidade de envolvimento democrático em maior medida do que os que ocupam condição central das sociedades latino-americanas, ainda que ambos tendam igualmente a valorizar tal forma de envolvimento político. Sobre a **área de residência**, os efeitos para ambos os indicadores analisados são semelhantes, o que indica que o impacto combinado dos aspectos geográficos e sociológicos é semelhante tanto para o comparecimento eleitoral quanto para a valorização da democracia eleitoral na América Latina.

Por último, temos os **perfis de sofisticação política dos eleitores**, cujos resultados apontam maior influência dos recursos “mobilização cognitiva” e “simpatia partidária” (em

⁵ Estudos como este e aqueles apresentados por Gimenes (2015) e Gimenes e Borba (2017) se destacam por incluir unidades nacionais da América Central e Caribe não contempladas em pesquisas sobre o comportamento político na América Latina.

conjunto ou individualmente) sobre o comparecimento eleitoral do que sobre a adesão normativa ao voto. Como adiantei nas análises dos modelos em separado, para cada indicador há um recurso que se destaca mais, uma vez que a mobilização cognitiva é elevada entre os perfis que manifestaram maior propensão ao comparecimento eleitoral e a simpatia partidária está presente entre aqueles que manifestaram maior chance de apoiar a democracia eleitoral, ambos quando comparados com independentes apolíticos, aqueles que gozam de baixa mobilização cognitiva e não manifestam laços partidários.

Diante do exposto, verificamos que eleitores latino-americanos que comparecem às urnas e que apóiam a democracia eleitoral possuem perfis majoritariamente semelhantes em termos de características, porém o impacto de tais variáveis é distinto de maneira expressiva para os diferentes aspectos analisados, de modo que é cabível afirmarmos que, de modo geral e em alguma medida, aqueles que votam são os mesmos eleitores que aderem à democracia eleitoral.

Considerações finais

Os latino-americanos apoiam as eleições e votam na mesma medida ou esses indivíduos mais valorizam o voto, abstratamente, do que participam? Eleitores com diferentes perfis apresentam características também distintas com relação à normativa ao voto e ao comparecimento eleitoral ou existe um padrão de comportamento dos latino-americanos?

O presente *paper* se debruçou, de maneira exploratória, a traçar as bases individuais de indicadores do comportamento eleitoral à luz do partidarismo e de características sociodemográficas e de centralidade social para os eleitores latino-americanos.

A resposta à primeira questão encontra-se na Tabela 1, na qual verificamos não haver homogeneidade entre o comparecimento eleitoral e as manifestações de adesão à democracia eleitoral nas unidades nacionais da região. Por um lado, os dados apontaram dissonância entre a participação eleitoral e o apoio normativo ao voto na maioria dos países; por outro, verifiquei que a maioria dos eleitores valoriza o voto em maior medida do que efetivamente comparece às urnas, mas que tal padrão encontra exceções entre os países.

Com relação à segunda questão, há três importantes apontamentos a considerar, todos baseados nos resultados expostos na Tabela 2. O primeiro diz respeito ao impacto semelhante da habitação em áreas urbanas sobre os indicadores de comportamento eleitoral, o que significa que tanto o estabelecimento de vínculos positivos com o regime quanto o envolvimento efetivo por meio do voto estão relacionados à centralidade social e, portanto, há

barreiras que dificultam o envolvimento daqueles que residem em áreas rurais.

O segundo apontamento diz respeito aos ciclos de vida e à sofisticação política dos indivíduos, cujos efeitos são muito mais expressivos sobre o comparecimento às urnas do que sobre o apoio manifestado à democracia eleitoral. Ambos os resultados, apesar de positivos, carecem de maior atenção e discussões mais aprofundadas no tange especialmente ao segundo indicador, uma vez que a baixa influência da elevação de faixas etárias sobre a adesão normativa ao voto pode evoluir de modo que os jovens atuais se tornem adultos e velhos com entendimento cada vez menor de que uma democracia eleitoral é melhor do que um governo com líder forte, o que culminaria em redução do apoio à democracia entre as futuras gerações. Além disso, se os grupos com alguma sofisticação política valorizam menos o voto do que comparecem às urnas, é plausível imaginarmos que, caso tal condição se mantenha, o menor apoio reflita, em algum momento, em redução também da efetivação do voto. Contudo, neste momento tais hipóteses são especulações, que demandam estudos longitudinais para verificação da evolução dos efeitos destes preditores sobre os indicadores em pauta.

O último apontamento diz respeito a efeitos que destoam de expectativas teóricas, já que verificamos maior comparecimento eleitoral entre mulheres e minorias étnicas na América Latina, acompanhado igual distribuição do entendimento de que a democracia eleitoral é importante, quando comparados com homens e com brancos. Este resultado permite inferir que grupos historicamente subalternos em termos de acesso a direitos e envolvimento nos processos políticos valorizam o voto como instrumento de participação política, a ponto de comparecerem às urnas mais do que aqueles que ocupam posição de centralidade social. Em alguma medida, tal resultado permite pensarmos sobre como minorias têm encaminhado demandas, ou ao menos buscado expressão no mundo da política, por meio de mecanismos tradicionais como a representação, o que podemos verificar, por exemplo, ao nos debruçarmos sobre a efetivação de garantias de acesso e direitos relacionados a políticas públicas para mulheres e negros no Brasil nos mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2002 e 2014 (como o Estatuto da Igualdade Racial, a instituição de políticas de cotas raciais para acesso às vagas de universidades públicas federais, a aprovação de lei de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e à institucionalização de projetos sociais nos quais a mulher é beneficiária preferencial, como os programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida). Além disso, nas últimas duas décadas houve uma série de governos de orientação ideológica à esquerda na região, dentre os quais foram eleitos presidentes negros, indígenas e muitas mulheres.

Analisados em conjunto, os resultados expostos neste *paper* traçam novas hipóteses a

ser investigadas, o que significa o estabelecimento de novas questões de pesquisas a ser exploradas posteriormente, especialmente por meio da transposição dos indicadores testados para modelagem multinível, na qual possam ser inseridos, além de aspectos de ordem individual, também variáveis estruturais que contribuam ao avanço da pesquisa, uma vez que cabe questionar, por exemplo, se: Considerados os resultados de comparecimento eleitoral e de adesão à democracia eleitoral, a obrigatoriedade do voto influencia tais indicadores? Tendo em vista a relevância de residir em áreas urbanas, é plausível supor que aspectos econômicos influenciam os comportamentos eleitorais analisados? Com relação às faixas etárias, o tempo de experiência dos indivíduos sob o regime democrático contribui para a participação eleitoral e para a valorização do voto? No que tange aos perfis de sofisticação dos eleitores, o tamanho da oferta partidária importa? E, por fim, a chegada de presidentes com características de minorias (sexual ou étnica) influencia o comportamento eleitoral na América Latina?

O próximo passo é tentar responder a tais questões, o que se iniciará pelo mapeamento de variáveis de contexto, como se o voto é compulsório ou facultativo, a evolução do produto interno bruto (PIB) *per capita*, a idade das democracias, o número de partidos nos Legislativos nacionais e quem ocupou a presidência dos países latino-americanos nas últimas décadas.

Referências

- ALBALA, A. VIEIRA, S. M. ¿Crisis de los partidos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente. *Política – Revista de Ciência Política*, v. 52, n. 1, p. 145-170, 2014.
- ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 137-157, out. 2002.
- AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Unesp, 2004.
- BAQUERO, M. Identificação partidária e comportamento eleitoral. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 36., 2012, Águas de Lindóia, SP. *Anais... Águas de Lindóia, SP: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 2012.
- _____. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- BATLLE, M.; PUYANA, J. R. El nivel de nacionalización del sistema de partidos colombiano: una mirada a partir de las elecciones legislativas de 2010. *Colombia Internacional*, v. 74, 2011. p. 27-57.
- BLAIS, A.; RUBENSON, D. The source of turnout decline: new values or new contexts? *Comparative Political Studies*, v. 46, n. 1, 2012. p. 95-117.
- BORBA, J; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na

- América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, n. 5, p. 13-47, 2015.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 95-118, 2011.
- BRINGEL, B. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 16, n. 2, p. 185-215, 2011.
- CARLIN, C. The Young vote: engaging America's youth in the 2008 elections and beyond. In: DALTON, R. S. (Org.). *Engaging youth in politics: debating democracy's future*. New York: Idebate, 2011. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2007/12/04-voting-carlin-opp08/pb_youth_vote_carlin.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2015.
- CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. Refining the theory of partisan alignments: evidence from Latin America. *Party Politics*, jul. 2013. p. 1-15. Disponível em: <<http://ppq.sagepub.com/content/early/2013/07/11/1354068813491538.full.pdf+html>>. Acesso em: 13 dez. 2014.
- CATTERBERG, G. Evaluations, referents of support, and political action in new democracies. *International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 44, p. 173-198, jun. 2003.
- CAVAROZZI, M. El sentido de la democracia en la América Latina contemporánea. In: GARRETÓN, M. A. (Ed.). *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993. p. 17-28.
- CLARKE, H. D.; STEWART, M. C. The decline of parties in the minds of citizens. *Annual Reviews Political Science*, v. 1, p. 357-378, 1998.
- COLEN, C. M. L. As covariantes da confiança política na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-27, 2010.
- CONVERSE, P. E. Of time and partisan stability. *Comparative Political Studies*, n. 2, 1969. p. 139-171.
- DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- DALTON, R. J. Independents and American elections. In: HERSHEY, M. (Ed.). *CQ Guide to Political Parties*. Washington, DC: CQ, 2014a. p. 262-270.
- _____. Interpretating partisan dealignment in Germany. *German Politics*, 2014b. p. 1-11.
- _____. Partisan dealignment and voting choice. In: PADGETT, S. et al. *Developments in German Politics IV*. Londres: Macmillan, 2014c. p. 57-77.
- _____. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.
- _____. The decline of party identifications. In: DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University, 2002.
- DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 295-320, 2003.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University, 2002.
- DALTON, R.; WELDON, S. Partisanship and party system institutionalization. *Party Politics*, v. 12, n. 2, p. 179-196, 2007.

- DÁVILA, S. C.; JIMÉNEZ, J. E. R. Consideraciones sobre la sociedad civil y los partidos políticos en Venezuela dentro de la problemática de las democracias en América Latina. *Historia Actual Online*, n. 3, 2004. p. 7-15.
- DAZA, J. D. Redefinición de las reglas de juego. Las reformas al sistema electoral colombiano como un caso de volatilidad institucional, 1991-2011. *Papel político*, v. 16, n. 2, 2011. p. 421-460.
- DELLA PORTA, D. *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Estampa, 2003.
- DURAND-PONTE, V. M. *Ciudadanía y cultura política: México 1993-2001*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 2004.
- EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.
- FREIRE, A. Identidades ideológicas e partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 47, 2005. p. 11-33.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. Á.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia no Brasil: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 199-219, jan.-jun. 2016.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G.; RIBEIRO, E. A. Os condicionantes individuais e contextuais da coesão do sistema de crenças democrático. In: *Seminário Nacional sobre Comportamento Político e Opinião Pública, 1.*, Florianópolis, SC. Working paper. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- GALLEGO, A.; OBERSKI, D. Personality and political participation: the mediation hypothesis. *Political Behavior* [online], n. 33, p. 1-27, mai. 2011.
- GALLEGO, A.; RICO, G.; ANDUIZA, E. Disproportionality and voter turnout in new and old democracies. *Electoral Studies*, v. 31, n. 1, p. 159-169, mar. 2012.
- GARRETÓN, M. A. Transformaciones socio-políticas en America Latina, 1972-1992. In: _____. (Ed.). *Los partidos y la transformación política de America Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993b. p. 3-15.
- GIMENES, E. R. A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina. 2015. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- GIMENES, E. R.; BORBA, J. Mobilização cognitiva e perfis eleitorais na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, 2017. (no prelo)
- GIMENES, E. R.; FURRIEL, W.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). *Revista Debates*, v. 10, n. 2, 2016. p. 121-148.
- GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 47-68, 2011.
- GREEN, D.; PALMQUIST, B.; SCHICKLER, E. *Partisan hearts & minds. Political parties and the social identities of voters*. New Heaven: Yale University, 2002.
- HEIDAR, K. Party membership and participation. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William. *Handbook of party politics*. Londres: SAGE, 2006. p. 301-315.
- HUNEEUS, C. *Chile, un país dividido*. Santiago: Catalonia, 2003.
- INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline. *International Journal of Comparative Sociology*, Thousand

Oaks, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, out. 2002.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

KINDER, D. R. Politics and the life cycle. *Science*, v. 312, n. 5782, p. 1905-1908, 2006.

KINZO, M. D. G. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. (Orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007. p. 139-158.

LIJPHART, A. *Democracies: patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries*. New Haven: Yale University, 1984.

LIMA, M. R. S. de; CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.

LINHARES, B. de F.; BAQUERO, M. Credibilidade de instituições na América Latina – uma avaliação da antipolítica e do antipartidarismo. In: *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*; 8., 2012, Gramado, RS. *Anais...* Gramado, RS: Associação Brasileira de Ciência Política, p. 1-20, 2012.

LUPU, N. (2015) Partisanship in Latin America. In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: Michigan University. p. 226-245.

MAINWARING, S. P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getulio Vargas, 2001.

MAINWARING, S. P.; SCULLY, T. *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University, 1995.

MAINWARING, S. P.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 249-286, out. 2005.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

_____. Há um futuro para os partidos? *Revista Política Democrática*, Brasília, ano 1, n. 0, p. 147-160, out./dez. 2000.

MAIR, P.; VAN BIEZEN, I. Party membership in twenty European democracies. *Party Politics*, n. 7, v. 1, p. 5-21, 2001.

MALERBA, J. *A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. 1. reimp. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2012.

MILBRATH, L. *Political Participation: How and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

MONTES, E.; MAINWARING, S.; ORTEGA, E. Rethinking the Chilean party systems. *Journal of Latin American Studies*, v. 32, n. 3 oct. 2000. p 795-824.

MORALES, L. ¿Existe una crisis participativa? La evolución de la participación política y el asociacionismo en España. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 13, p. 51-87, out. 2005.

MORENO, A. Partidarismo e ideologia nos eleitorados latino-americanos. In: TELLES, H.; LAVAREDA, A. (Orgs.). *Voto e estratégia de comunicação política na América Latina*. Curitiba: Appris, 2015. p. 41-59.

NEWTON, K. Political support: Social capital, civil society and political and economic

- performance. *Political Studies*, v. 54, n. 4, p. 846-864, 2006.
- NORRIS, P. *Democratic deficit*. New York: Cambridge University, 2011.
- _____. *Political activism: new challenges, new opportunities*. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University, 2007. p. 628-652.
- _____. *Electoral engineering: voting rules and political behavior*. New York: Cambridge University, 2004.
- _____. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999.
- _____. (Ed.). *Elections and voting behavior: new challenges, new perspectives*. Aldershot: Dartmouth, 1998.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. Cultural barriers to women's leadership: a worldwide comparison. In: *International Political Science Association World Congress, 18.*, Quebec, Canadá. *Anais...* Quebec, Canadá: International Political Science Association, 2000. Disponível em <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/IPSA2000culture.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2014.
- OLMEDA, J. C.; ARMESTO, M. A. México: El regreso del PRI a la presidencia. *Revista de Ciencia Política*, v. 33, n. 1, 2013. p. 247-267.
- PAYNE, J. M. Party systems and democratic governability. In: PAYNE, J. M.; ZOVATTO G. D.; DÍAZ, M. M.; ZAVALA, A. A.; CARRILLO-FLÓREZ, F.; ECHEBARRÍA, K.; FREIDENBERG, F.; IARQUÍN, E. *Democracies in development. Politics and reform in Latin America*. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University, 2007. p. 149-177.
- PHARR, S. J.; PUTNAM, R. (Ed.). *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University, 2000.
- POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.
- PUTNAM, R. D. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.
- _____. *Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.
- REIS, F. W. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 26, p. 81-131, 1992.
- RIBEIRO, E. A. Voto compulsório: a desigualdade na participação política. *Revista Em Debate*, v. 4, n. 4, p. 41-48, out. 2013.
- _____. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. *Participação política na América Latina*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015.
- RICO, G. La formación de identidades partidistas en Europa: más allá de la teoría de Converse. In: TORCAL, M. (Ed.). *La ciudadanía europea en el siglo XXI. Estudio comparado de sus actitudes, opinión pública y comportamiento políticos*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2010. p. 143-174.

RODRÍGUEZ, L. M. R. Oferta partidária e comportamento eleitoral na América Latina. In: TELLES, H.; MORENO, A. (Orgs.). Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 25-52.

SCARROW, S. E.; GEZGOR, B. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. *Party Politics*, v. 16, n. 6, p. 823-843, 2010.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-37, abr./mai. 2006.

SEYD, P.; WHITELEY, P. British party members: an overview. *Party Politics*, v. 10, n. 4, p. 355-366, 2004.

TAYLOR, L. Politicians without parties and parties without politicians: the foibles of the Peruvian political class, 2000-2006. *Bulletin of Latin American Research*, v. 26, n. 1, p. 1-23, 2007.

TCACH, C. El torno al “catch-all party” latinoamericano. In: GARRETÓN, M. A. (Ed.). *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 1993. p. 29-33.

TELLES, H. de S.; MORENO, A. Conclusões: Apoio eleitoral, comunicação política e redes sociais na América Latina. In: _____ (Orgs.). *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 567-581.

VALDEBENITO, H. V. Trayectoria del Partido Comunista de Chile. De la crisis de la unidad popular a la política de rebelión popular de masas. *Universum*, v. 24, n. 2, 2009. p. 262-293.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P., POGUNTKE, T. Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, n. 51, p. 24-56, 2012.

VICENCIO, T. H. ¿Integrados o marginalizados? El Partido Acción Nacional. *Revista Política y Cultura*, n. 29, 2008. p. 217-244.

WATTENBERG, M. P. Electoral turnout: the new generation gap. *British Elections & Parties Yearbook*, v. 13, n. 1, p. 159-173, 2003.

WEBB, P. Introduction: political parties in advanced industrial democracies. In: WEBB, P.; FARRELL, D.; HOLLIDAY, I. *Political parties in advanced industrial democracies* (Eds.). Oxford: Oxford University, 2002. p. 1-14.

WEISBERG, H.; GREENE, S. The Political Psychology of party identification. In: MACKUEN, M.; RABINOWITZ, G. (Eds.). *Electoral democracy*. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2003. p. 83-124.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. S. Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest ‘Civic’ Payoff? *Journal of Civil Society*, London, v. 1, n. 2, p. 121–146, set. 2005.

WITHELEY, P. Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World. *Party Politics*, v. 17, n. 21, 2011.

WITHELEY, P. F.; SEYD, P. High intensity participation: The dynamics of party activism in Britain. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2002.

_____. The dynamics of party activism in Britain: a spiral of desmobilization? *British Journal of Political Science*, v. 28, n. 1, p. 113-137, jan. 1998.